

Uma expansão enfraquecida para a economia mundial em 2019

A mudança da política econômica de Macri e as eleições de 2019

Previdência: idade mínima já é uma realidade para os mais pobres

Empregos perdidos não voltaram nos segmentos da indústria do RS

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Assis Brasil, 8787 Fone: (051) 3347.8731 Fax: (051) 3347.8795

UNIDADE DE ESTUDOS ECONÔMICOS

www.fiergs.org.br/economia

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista desta Federação. É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Uma expansão enfraquecida para a economia mundial em 2019

O título de abertura do sumário executivo do World Economic Outlook do FMI de abril foi “uma expansão enfraquecida”. A publicação do FMI destacou três aspectos como de alto potencial de impactar a conjuntura mundial, são eles: a maior paciência do FED para aumentar as taxas de juros nos EUA, medidas de estímulo econômico na China e redução nas tensões comerciais entre China e EUA. De maneira geral, os vetores de incerteza para 2019 permanecem os mesmos que tínhamos no segundo semestre de 2018, ainda que com gradientes diferentes. Os três elementos se mostram mais favoráveis para os países emergentes e refletem os riscos de desaceleração mais intensa da atividade econômica global.

O ritmo de crescimento da economia mundial passará de 3,6%, verificado em 2018, para 3,3% em 2019. A desaceleração na atividade afetará o comércio de bens e serviços. As importações mundiais devem avançar 3,6% em 2019, frente à expansão de 4,1% no ano passado. Entre os principais parceiros comerciais do Brasil, todos exibirão um avanço menor em 2019.

Em termos de prescrição de política econômica, a entidade destaca a necessidade de coordenação da política macroeconômica para promover um pouso suave da economia e evitar que o crescimento caia abaixo do potencial. Ao mesmo tempo, a política monetária precisa ser conduzida para assegurar que a inflação permaneça controlada. Essa prescrição nos

assusta, pois o diagnóstico atual é bem semelhante ao que se fazia no final de 2007, meses antes da grande recessão.

Atualmente, não acreditamos na possibilidade de um evento nessas dimensões. Entretanto, destacamos que, devido à diversos fatores comportamentais dos agentes econômicos, há uma dificuldade para qualquer ação coordenada de política econômica entre os países. Além disso, a desaceleração do ciclo econômico é sempre o momento mais delicado para o formulador de política econômica, pois a linha entre uma recessão branda e uma crise é muito tênue.

Projeções de crescimento para países e regiões selecionados - %

	2018	2019
Economias avançadas	2,2	1,8
Estados Unidos	2,9	2,3
Japão	0,8	1,0
Reino Unido	1,4	1,2
Euro área	1,8	1,3
Alemanha	1,5	0,8
Itália	0,9	0,1
França	1,5	1,3
Espanha	2,5	2,1
Economias emergentes	4,5	4,4
Argentina	-2,5	-1,2
Brasil	1,1	2,1
China	6,6	6,3
México	2,0	1,6
Rússia	2,3	1,6
Oriente Médio e Norte da África	1,4	1,3
Mundo	3,6	3,3

Fonte: FMI, World Economic Outlook Database, Abril 2019.

A mudança da política econômica de Macri e as eleições de 2019

O desafio no campo econômico do Presidente Argentino Mauricio Macri, ao assumir o cargo em dezembro de 2015, era de conseguir promover o desmanche do populismo econômico do período kirchnerista e reestabelecer a credibilidade do País frente os credores internacionais.

Assim, o primeiro passo da nova política foi a retomada da renegociação da dívida externa, herança da moratória de 2001. Essa negociação possibilitou a desobstrução dos canais de financiamento externo para o País.

Buscando implantar uma agenda menos intervencionista, o novo paradigma de política econômica possibilitou maior liberdade cambial por meio da adoção de um regime de câmbio flutuante. Em dezembro de 2015, a taxa de câmbio voltou a flutuar na Argentina depois de quatro anos do chamado regime oficial. Para sustentar o câmbio flutuante, a política monetária também foi aprimorada: o Comitê de Política Monetária do BCRA poderia determinar as taxa de juros a fim de conter o avanço da inflação.

Contudo, o governo falhou no controle dos gastos públicos e, em 2016 e 2017, o déficit primário ficou acima de 4% do PIB. Sem as amarras tarifárias do regime anterior, o déficit em transações correntes

atingiu 5,4% do PIB em 2018. Os déficits gêmeos deixaram a economia ainda mais debilitada frente aos choques externos. Assim, em abril de 2018, quando a aversão ao risco dos investidores internacionais aumentou, em resposta a política monetária mais restritiva dos países desenvolvidos, o Peso sofreu forte desvalorização. Em resposta, o BCRA teve que elevar a taxa de juros para patamares acima de 50% a.a. para manter a atratividade dos títulos da dívida pública.

Esse cenário fez com que o refinanciamento da dívida ficasse cada vez mais difícil, levando o País a buscar novas linhas de financiamento junto ao FMI. No final de setembro de 2018, o Governo anunciou o fim do câmbio flutuante e a volta ao regime de bandas cambiais.

A política econômica de Macri foi incapaz de promover uma inflexão no crescimento das despesas públicas. O plano de estabilização e retomada aos mercados internacionais encontrou barreiras no baixo apoio político e na impossibilidade de promover a sustentabilidade das contas públicas. Agora, mirando as eleições de outubro, parece pender para o populismo ao promover o congelamento de preços para conter a inflação. Todos sabemos que esse remédio não terá efeito duradouro.

Previdência: idade mínima já é uma realidade para os mais pobres

A proposta de reforma da Previdência, apresentada pelo governo ao Congresso em fevereiro, encontra resistência em alguns setores da sociedade. No entanto, ao contrário do que defendem os grupos privilegiados com as atuais regras da Previdência, a reforma proposta pelo governo traz regras mais duras para os mais favorecidos e afeta pouco os mais pobres.

Um dos pontos mais atacados é a imposição de uma idade mínima de 65 anos para homens e 62 para mulheres para a aposentadoria urbana, com exigência de 20 anos de contribuição. Atualmente, os menos favorecidos já se aposentam com idade mínima muito próxima à proposta pelo governo. Uma das formas que isso acontece é com a aposentadoria por idade, que exige atualmente apenas 15 anos de contribuição. Por conta de atuarem por muito tempo na informalidade, sem carteira assinada e sem vínculo ao INSS, os menos favorecidos não conseguem completar o tempo mínimo para a aposentadoria por tempo de contribuição (30 para mulheres e 35 para homens) e esperam até os 60/65 anos para acessarem o benefício com um menor tempo de contribuição.

De fato, segundo dados da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (SEPT), em 2018, a idade média dos pedidos de aposentadoria por idade foi de 59,4 anos para as mulheres e de 63,3 anos para os homens. Cabe ressaltar que esses valores ficaram abaixo das exigências mínimas (60/65 anos) em função

de o cálculo abranger os trabalhadores rurais que possuem idades mínimas de 55/60 anos para a aposentadoria por idade. Já para a aposentadoria por tempo de contribuição, a média de idade dos pedidos de aposentadoria no ano passado foi de 52,9 anos para as mulheres e 55,6 anos para os homens.

As diferenças entre os dois regimes são grandes também nos valores recebidos pelos beneficiários. Os dados da SEPT mostram que o benefício médio das aposentadorias concedidas em 2018 por tempo de contribuição foi de R\$ 2.132 para as mulheres e R\$ 2.498 para os homens. Já no caso das aposentadorias por idade, os valores foram de R\$ 1.089 para as mulheres e R\$ 1.205 para os homens.

Por fim, cabe destacar que, caso não consigam atingir o tempo mínimo de 15 anos de contribuição para a aposentadoria por idade, atualmente, as pessoas em condições de miserabilidade – renda mensal domiciliar *per capita* inferior a ¼ de salário mínimo – têm direito ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) de 1 salário mínimo ao atingirem os 65 anos.

Portanto, na prática, as idades mínimas propostas pelo Governo já são uma realidade para os mais pobres, ao contrário dos trabalhadores com melhor colocação na distribuição de renda que, além de atingirem os requisitos para a aposentadoria mais cedo, conseguem benefícios mais vantajosos.

Empregos perdidos não voltaram nos segmentos da indústria do RS

Em 2019, a economia gaúcha entrou no terceiro ano de recuperação e a parte mais sensível à população ainda está longe de apresentar uma melhora: o emprego. No total, a Indústria do RS contou com 782,9 mil vínculos formais de emprego no ano passado, considerando a média do ano de 2018, uma quantidade 16,8% menor em relação ao observado na média em 12 meses até em outubro de 2014, quando o estoque de empregos atingiu o maior valor antes de começar a cair com os efeitos da crise. Nesse ínterim, foram perdidos 158,2 mil postos de trabalho na indústria gaúcha.

Para esse cálculo, o número de vínculos ativos ao final de 2017 reportado pela RAIS, foi atualizado pelas movimentações CAGED de 2018, dado que a RAIS de 2018 só deve ser divulgada por volta de agosto/setembro desse ano.

A desagregação por segmentos evidencia que, ao final de 2018, 14 dos 15 segmentos analisados estavam com número de vínculos de emprego inferior ao seu próprio pico antes dos efeitos da recessão. O segmento mais distante de recuperar as perdas de empregos com a crise foi o de Derivados do petróleo (-36,5%), seguido por Metalurgia (-32,8%), Veículos (-29,2%) e Construção (-27,5%).

Somente com o crescimento econômico os

empregos serão recuperados. Nesse contexto, a reforma da previdência é de extrema importância para sinalizar que o equilíbrio fiscal será feito da forma correta pelo governo, trazendo a estabilidade macroeconômica necessária para que a confiança dos empresários se traduza em aumento da produção, dos investimentos e do emprego.

Situação do estoque de empregos nos segmentos da Indústria do RS em dez/18 – Média em 12 meses

	Distância para o pico (%)	Mês do pico	Empregos a menos
Derivados do petróleo	-36,5	nov/14	-982
Metalurgia	-32,8	nov/13	-4.537
Veículos	-29,2	abr/14	-16.153
CONSTRUÇÃO	-27,5	nov/14	-44.640
Máquinas e equip.	-24,3	set/14	-17.015
Produtos de metal	-21,0	dez/13	-14.509
Minerais não-metálicos	-21,0	jan/13	-4.761
Couro e calçados	-20,1	jan/13	-27.161
Bebidas	-18,1	nov/15	-1.942
Tabaco	-17,5	nov/14	-2.055
TOTAL INDÚSTRIA	-16,8	out/14	-158.195
Móveis	-16,4	out/14	-6.975
Químicos	-7,8	nov/14	-1.409
Borracha e plástico	-6,8	ago/13	-2.851
Celulose e papel	-2,8	nov/17	-297
Alimentos	1,1	abr/16	1.394

Fonte: RAIS e CAGED/Ministério da Economia.